

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A..

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório da administração

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Relatório da Administração

Autogeração Solar Participações S.A.

Senhores Acionistas e diretores

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações do Resultado Abrangente, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações dos Fluxos de Caixa, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

A AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A é a holding com 100% de participação da operação da usina SOLAGRID AUTOGERACAO SOLAR LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA.

A SOLAGRID AUTOGERACAO SOLAR LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA., originou-se no primeiro semestre de 2019 e as suas controladas iniciaram-se entre julho de 2022 à abril de 2023. A partir de abril de 2023 começaram os ciclos de faturamento, com as controladas obtendo recursos financeiros suficientes para a manutenção de suas atividades, e também podendo se utilizar de recursos captados via emissão de CRI lastreado em nota comercial.

Em 31 de dezembro de 2023, as obras abaixo apresentavam os seguintes status:

Emissão CRI	SPE	Data de Energização	Informações adicionais
81 ^a	AUTOGERACAO BJJ II	29/06/2022	Usina operando regularmente
81 ^a	AUTOGERACAO ICEM	15 e 23/09/2022	Usina operando regularmente
81 ^a	AUTOGERACAO TANABI	27/07/2022	Usina operando regularmente
Controladora	AUTOGERACAO SUL RIO	*1	Usinas operando regularmente
Controladora	AUTOGERACAO SERRA DAS ARARAS	*2	Usinas operando regularmente
89 ^a	AUTOGERACAO MORRO AGUDO	12/05/2023	Usina operando regularmente
89 ^a	AUTOGERACAO SERRANA	17/08/2023	Usina operando regularmente
89 ^a	AUTOGERACAO RJ SUL FLUMINENSE	*3	Usinas operando regularmente
89 ^a	AUTOGERACAO VALE DO PARAÍBA	*4	Usinas operando regularmente
89 ^a	AUTOGERACAO GLICÉRIO	05/07/2023	Usina operando regularmente
89 ^a	AUTOGERACAO BEBEDOURO	*5	Usina operando regularmente

Controlada	Empréstimo	Valor	Data
SOLAGRID LOCACAO DE EQUIP.	Banco do Nordeste do Brasil (*6)	R\$11.925.000	14/07/2020

NOTAS EXPLICATIVAS

*1 - A AUTOGERACAO SOLAR SUL RIO é denominada subholding e é controladora das SPEs AUTOGERACAO SOLAR WERNECK II, AUTOGERACAO SOLAR WERNECK III A, AUTOGERACAO SOLAR FOLRES II e AUTOGERACAO SOLAR WERNECK IV - B, que tiveram energização em fevereiro de 2022 e obtiveram recursos via emissão de CRI.

*2 - A AUTOGERACAO SOLAR SERRA DAS ARARAS é denominada subholding e é controladora das SPEs AUTOGERACAO SOLAR BJJ BARRA, AUTOGERACAO SOLAR FAZENDA BARRA e AUTOGERACAO SOLAR WERNECK III - B, que tiveram energização entre dezembro de 2022 e abril de 2023, as controladas obtiveram recursos via emissão de CRI.

*3 - A AUTOGERACAO SOLAR RJ SUL FLUMINENSE é denominada subholding e é controladora das SPEs AUTOGERACAO SOLAR BARRA MANSA I - B e AUTOGERACAO SOLAR BOM RETIRO, a subholding também recebeu recursos via emissão de CRI, tal qual suas controladas, e possui a posse da Usina Barra Mansa I A. As três usinas foram energizadas entre julho e agosto de 2023.

*4 - A AUTOGERACAO SOLAR VALE DO PARAÍBA é denominada subholding e é controladora da SPE AUTOGERACAO SOLAR CANAS II, a subholding também recebeu recursos via emissão de CRI, tal qual sua controlada, e possui a posse da Usina CANAS III A. Ambas as usinas foram energizadas em setembro de 2023.

*5 - A AUTOGERACAO SOLAR BEBEDOURO possui a posse de 5 usinas. São elas: Colina I, São João da Barra I, São João da Barra III, Goiabal I e Ururaí, que possuem expectativa de energização a partir de novembro de 2023. A Companhia recebeu recursos via emissão de CRI.

*6- A companhia é denominada controlada da AUTOGERACAO SOLAR HOLDING S.A e possui a posse da Usina de Francisco Sá, que iniciou a construção em 2018 e finalizou no primeiro semestre de 2019, através de recursos aportados pelos sócios. Em 2020, a Companhia realizou um empréstimo junto ao BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A. que auxiliou na continuidade das suas atividades, em maio do mesmo ano iniciou-se o ciclo de faturamento que permanece regular até a presente data, obtendo assim recursos financeiros suficientes para manutenção de suas operações.

Outrossim, esta Administração fica à disposição dos senhores acionistas, para quaisquer outros esclarecimentos adicionais.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2024.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Diretores e Quotistas da
Autogeração Solar PARTICIPAÇÕES S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Autogeração Solar PARTICIPAÇÕES S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autogeração Solar PARTICIPAÇÕES S.A. Em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável de ativos em construção de vida útil definida e de longa duração

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 1 e 9 às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui registrado na rubrica “imobilizado” ativos tangíveis em montantes relevantes relacionados a custos de materiais, equipamentos do sistema gerador e serviços necessários para a construção das usinas fotovoltaicas. A controlada Solagrid Autogeracao Solar Locacao de Equipamentos Ltda., originou-se no primeiro semestre de 2019 e as suas controladas iniciaram-se entre julho de 2022 à abril de 2023. A partir de abril de 2023 começaram os ciclos de faturamento, com as controladas obtendo recursos financeiros suficientes para a manutenção de suas atividades, e também podendo se utilizar de recursos captados via emissão de CRI lastreado em nota comercial conforme nota explicativa nº10. A Diretoria da Companhia aplica, no mínimo, anualmente procedimentos para assegurar que seus ativos tangíveis estejam registrados contabilmente por valor que não exceda aos seus valores de recuperação e, se for o caso, reconhecem um ajuste para perdas por desvalorização. Esses procedimentos envolvem julgamento significativo da Diretoria sobre os resultados futuros do negócio, bem como presume que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Considerando a complexidade devido às peculiaridades das operações, à relevância dos valores envolvidos e a existência e o controle físico dos ativos tangíveis,

consideramos esses assuntos como significativos em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- A avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC);
- O envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação das projeções elaboradas pela Diretoria para recuperabilidade destes ativos;
- Avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros e demonstrações do resultado comparando-as, quando disponível, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e a inflação de custos; Avaliação da metodologia de cálculo e da análise de sensibilidade das premissas; e
- Avaliação das políticas contábeis divulgadas em notas explicativas às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos ativos não financeiros, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações, inclusive as divulgações e se as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F



Rafael Favacho Pereira da Silva
Contador CRC RJ 106634/0-3

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A
 Balanços patrimoniais
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Valores expressos em Reais)

Ativo		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.945	2.257	10.583.209	28.392.382
Clientes		-	-	18.463.771	-
Adiantamento a fornecedores	5	6.945	13.706	4.868.930	1.818.525
Créditos tributários		25.632	25.632	3.133.945	1.042.782
CRI (Patrimônio separado)	6	-	-	-	29.273.169
		<u>34.522</u>	<u>41.595</u>	<u>37.049.856</u>	<u>60.526.858</u>
Não Circulante					
Despesas antecipadas		-	-	776.669	-
Partes relacionadas	7.1	4.679.953	4.590.214	4.313.816	20.000.286
Investimentos	8	11.465.257	9.458.562	-	-
Imobilizado	9	75.000	75.000	407.612.701	172.718.160
		<u>16.220.210</u>	<u>14.123.776</u>	<u>412.703.186</u>	<u>192.718.446</u>
Total do ativo		<u>16.254.732</u>	<u>14.165.371</u>	<u>449.753.042</u>	<u>253.245.304</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
 Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
 Diretor Presidente

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A
Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Contas a pagar		26.174	5.445	34.429.231	10.725.405
Impostos a recolher		6.370	6.073	966.815	341.079
Obrigações trabalhistas		-	-	157.537	81.176
Empréstimos	10	-	-	781.843	-
Instrumentos derivativos		-	151.971	-	151.971
Notas comerciais - CRI	10	-	-	30.035.670	6.276.447
Adiantamentos de clientes		8.993	8.993	101.623	13.196
Partes relacionadas	7.2	-	618.751	-	1.388.426
		<u>41.537</u>	<u>791.233</u>	<u>66.472.719</u>	<u>18.977.700</u>
Não Circulante					
Partes relacionadas	7.2	1.325.726	-	1.289.248	-
Provisões para perdas de investimentos		29.110.257	19.092.116	-	-
Notas comerciais - CRI	10	-	-	273.558.583	128.838.853
Debêntures a pagar/Empréstimos	10	<u>14.142.783</u>	<u>11.847.426</u>	<u>136.791.291</u>	<u>122.986.582</u>
		<u>44.578.766</u>	<u>30.939.542</u>	<u>411.639.122</u>	<u>251.825.435</u>
Patrimônio líquido					
	11				
Capital social		11.401.200	11.401.200	11.401.200	11.401.200
Adiantamento futuro aumento de capital		2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
Prejuízos/Lucro acumulados		(30.945.627)	(30.966.604)	(30.945.627)	(30.966.604)
Lucro do período		<u>(10.821.145)</u>	<u>-</u>	<u>(10.821.145)</u>	<u>-</u>
		<u>(28.365.572)</u>	<u>(17.565.404)</u>	<u>(28.365.572)</u>	<u>(17.565.404)</u>
Patrimônio dos acionistas minoritários		-	-	6.773	7.572
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>16.254.732</u>	<u>14.165.371</u>	<u>449.753.042</u>	<u>253.245.304</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador - CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A
Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Receita líquida operacional		-	-	36.604.372	1.867.973
Custos operacionais		-	-	(5.155.977)	(441.437)
LUCRO BRUTO		-	-	31.448.394	1.426.536
RESULTADO OPERACIONAL					
Equivalência patrimonial		(8.033.624)	(25.284.095)	-	-
Despesas comerciais		-	-	(7.232)	-
Despesas administrativas	12	(175.480)	(366.732)	(1.858.613)	(2.835.097)
Despesas tributárias	12	(22.601)	-	(198.821)	-
Outras (despesas) receitas não operacionais		-	1.609.861	611.128	1.610.495
		(8.231.705)	(24.040.966)	(1.453.538)	(1.224.602)
RESULTADO FINANCEIRO	13				
Despesas financeiras	13	(2.806.307)	(6.837.542)	(42.240.762)	(33.484.312)
Receitas financeiras		216.867	3.270.479	1.425.915	6.169.208
		(2.589.440)	(3.567.063)	(40.814.847)	(27.315.104)
Imposto de renda e contribuição social	14	-	-	-	(494.245)
Resultado Líquido dos acionistas minoritários		-	-	(1.154)	(614)
(Prejuízo) líquido do exercício		(10.821.145)	(27.608.029)	(10.819.991)	(27.607.415)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A
Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado líquido do exercício	(10.821.145)	(27.608.029)	(10.819.991)	(27.607.415)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(10.821.145)</u>	<u>(27.608.029)</u>	<u>(10.819.991)</u>	<u>(27.607.415)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

	Capital social	Adiantamento futuro aumento de capital	Resultados Acumul.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.401.200	2.000.000	(30.945.627)	(17.544.427)
Capital social	-		-	-
Prejuízo líquido do período	-	-	(10.821.145)	(10.821.145)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.401.200	2.000.000	(41.766.772)	(28.365.572)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) líquido do exercício	(10.821.145)	(27.608.029)	(10.817.992)	(27.607.415)
Depreciação/amortização	-	-	6.427.827	633.850
Provisão de juros empréstimos	2.070.904	(191.064)	3.765.092	27.782.119
Variação Cambial Hedge	73.021	151.971	73.021	151.971
Variação Cambial	88.890	(223.652)	88.936	(223.652)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	456.938
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	37.307
Perda/Ganho de equivalência patrimonial	8.033.624	25.284.097	-	-
Prejuízo ajustado	(554.706)	(2.586.677)	(463.117)	1.231.118
Aumento líquido nos ativos e passivos operacionais	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	-	(17.766.547)	186.389
Tributos a recuperar	-	-	(2.091.167)	(741.342)
Despesas antecipadas	-	-	(749.359)	-
Parte relacionadas (líquido)	-	4.951.427	-	7.341.301
Adiantamentos e importações em andamento	-	(8.100)	-	(1.812.919)
Adiantamento a fornecedores	6.760	-	(3.479.093)	-
Obrigações fiscais	-	228	-	289.451
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	81.176
Impostos a recolher	297	-	561.245	-
Provisão Trabalhista	-	-	192.957	-
Adiantamento de clientes	-	8.993	12.554	(572.142)
Contas a pagar	20.729	(7.138)	24.894.324	10.649.758
outros	-	-	-	1.200
Caixa líquido gerado proveniente das atividades operacionais	27.786	4.945.411	1.574.914	15.422.871
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Partes relacionadas	(89.739)	-	2.000	-
Investimentos	(1.200)	-	-	-
Imobilizado	-	-	(243.425.736)	(167.300.618)
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades de investimentos	(90.939)	-	(243.423.736)	(167.300.618)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Notas Comerciais CRI	-	-	189.574.064	-
Empréstimos obtidos	135.563	25.742.480	12.847.635	320.370.981
Pagamento de empréstimos - Principal	-	(28.573.998)	-	(80.301.535)
Pagamento de empréstimos - Juros	-	(221.299)	-	(8.551.091)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Liquidação de derivativo	(224.992)	563.571	(313.928)	563.571
Pagamento custos de empréstimos	-	-	-	(24.474.081)
Notas Comerciais - Patrimônio separado	-	-	-	(29.273.169)
Partes relacionadas	706.975	-	22.396.194	-
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de financiamento	617.546	(2.489.247)	224.503.965	178.334.676
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(312)	(130.513)	(17.807.974)	27.688.047
Disponibilidades				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.257,00	132.769	28.391.182	704.335
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.945	2.257	10.583.209	28.392.382
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(312)	(130.513)	(17.807.974)	27.688.047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador - CRC RJ 114177/O-8

1. Contexto operacional

A AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A., é uma “Holding”, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Empresa é na Rua General Rabelo, 00043, casa, Gavea, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.451-010.

A sociedade tem por objeto social a participação societária no capital de empresas no ramo de energia solar, realizando para tanto a gestão de Sociedades de propósito específico na implantação de projetos de instalações de equipamentos para serem locados para os clientes que realizarão a compensação da energia gerada.

Sobre suas controladas:

Autogeração Solar Holding S.A.

A Companhia tem por objeto social a participação societária no capital de empresas no ramo de energia solar, realizando para tanto a gestão de Sociedades de propósito específico na implantação de projetos de instalações de equipamentos para serem locados para os clientes que realizarão a compensação da energia gerada.

As operações iniciaram em junho de 2022 e a última das usinas está prevista para iniciar em fevereiro de 2024 e até que as Controladas, iniciem suas atividades e passe a gerar recursos financeiros suficientes para a manutenção de suas operações, ela utilizará recursos captados via emissão de debêntures em dezembro de 2021 ou de pagamento de mútuos ou redução de capital feito das suas Controladas ou aportes de seus controladores.

A Diretoria da Companhia obteve de seu controlador apoio financeiro e realizou uma emissão de dívida, através dos quais se compromete a prover os recursos necessários para a manutenção das atividades operacionais da Empresa, na medida em que haja necessidade.

As projeções de resultados futuros preparadas pela Diretoria indicam o alcance de sua trajetória de lucros recorrentes e fluxos de caixa positivos.

Se essas projeções não se realizarem, a Companhia precisará de novos recursos dos acionistas ou outras fontes para continuar a operar.

Solargrid Autogeração Solar Locação de Equipamentos Ltda

A Solargrid Autogeração Solar Locação de Equipamentos Ltda tem como finalidade locação de equipamentos para uso comercial e industrial em geral, incluindo, sem limitação, equipamentos de autogeração e energia solar.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis materiais

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Diretoria e foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que englobam as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), a qual teve alterados os seus dispositivos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que têm, entre outras responsabilidades, o direcionamento para convergência contábil com as práticas internacionais de contabilidade (IFRS).

A Diretoria da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 31 de março de 2024.

2.1.1. Continuidade

A Diretoria avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e possuir recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Diretoria não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Portanto, as demonstrações contábeis foram preparas com base nesse princípio.

2.1.2. Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o Milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3. Descrição das principais práticas contábeis materiais adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

a. Ativos financeiros

Instrumentos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, outras contas a pagar e transações com partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) - Instrumentos financeiros, adotados pela Companhia, conforme deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são efetuados quando a Companhia se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescidos, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disto, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor Justo por meio do Resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- Valor justo por meio de resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses

passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;

- Custo amortizado: passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio de resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Nesta rubrica, estão registrados os saldos do fundo fixo, banco conta movimento com alta liquidez e estão registradas ao seu valor de mercado.

Estes saldos apresentam liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor.

d. Contas a receber

As contas a receber são apresentadas aos valores presente e de realização.

A conta de cliente faturado, e a realização dos serviços prestados e o faturamento das notas fiscais. Cliente a faturar, e a provisão de receita de energia gerada.

e. Impostos a recuperar

Refere-se a impostos e contribuições retidos sobre notas fiscais de serviços prestados a terceiros e apropriação de crédito sobre a depreciação do imobilizado para posterior pedido de ressarcimento, compensação e/ou recolhimento aos órgãos competentes.

f. Imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 9 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Os gastos incorridos com os projetos em desenvolvimentos são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

g. Participações em controladas e coligadas

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

h. Patrimônio separado

Representam valores retidos pela securitizadora, nesta operação, True Securitizadora, para constituição do patrimônio separado referente a operações de captação de recursos através do Certificado de recebíveis imobiliários - CRI.

O patrimônio separado é gerido pela companhia securitizadora e tem por finalidade custear despesas iniciais necessárias para a operação tais como constituir fundos de reserva de juros.

i. Contas a pagar

Os saldos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

j. Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

k. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pela correção monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com os projetos em desenvolvimentos e construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluídos para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

l. Provisões para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos

no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Diretoria da Companhia e seus assessores jurídicos.

m. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

n. Reconhecimento da receita

Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

Receita de aluguel e serviços

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia, no que tange locação e manutenção das usinas tais como serviços de gestão de consumo e compensação de energia, é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

o. Receitas (despesas) financeiras

As receitas (despesas) financeiras são reconhecidas *“pro rata die”* com base no método da taxa de juros efetiva.

2.1.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste

relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

(i) Provisão para contingências

A Diretoria da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhistas, cível e fiscais.

(ii) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2).

(iii) Pronunciamento novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a. Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros;

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas.

b. Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis;

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas”

por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

c. Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro;

- i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia.

- ii. Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo *Pillar Two*

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development* - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do *Pillar Two*.

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do *Pillar Two*.

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo *Pillar Two*, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo *Pillar Two*. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de

divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do *Pillar Two*.

A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das *Pillar Two Model Rules* da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

d. Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros;

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

2.1.5. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a administração concluiu que não haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- b. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- c. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- d. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos

de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

- e. Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

Atualmente, a Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

2.1.6. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da controladora AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A e suas controladas direta e indiretas:

Empresas controladas

Controlada direta:

Autogeração Solar Holding S.A.	100%
Solargrid Autogeração Solar Locação Equipamentos Ltda	99,92%

Controlada indireta:

Autogeração Solar Palestina Ltda	100%
Autogeração Solar Metropolitana Ltda	100%
Autogeração Solar B JL Itaberaba Ltda	100%
Autogeração Solar Werneck II Ltda	100%
Autogeração Solar Werneck III A Ltda	100%
Autogeração Solar Folres II Ltda	100%
Autogeração Solar Werneck III-B Ltda	100%
Autogeração Solar B JL Barra Ltda	100%
Autogeração Solar Fazenda Barra Ltda	100%
Autogeração Solar Werneck III B Ltda	100%
Autogeração Solar Canas II Ltda	100%
Autogeração Solar Bom Retiro Ltda	100%
Autogeração Solar Barra Mansa Ltda	100%
Autogeração Solar Icem Ltda	100%
Autogeração Solar B JL Ltda	100%
Autogeração Solar Bebedouro Ltda	100%
Autogeração Solar Sul Rio Ltda	100%
Autogeração Solar Glicerio Ltda	100%

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

Autogeração Solar Tanabi Ltda	100%
Autogeração Solar Serra das Araras Ltda	100%
Autogeração Solar Serrana Ltda	100%
Autogeração Solar Morro Agudo Ltda	100%
Autogeração Solar Vale do Paraiba Ltda	100%
Autogeração Sul Fluminense Ltda	100%

Processo de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;
- dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Transações e participações não controladoras

A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida é novamente mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Considerações gerais e políticas

A Diretoria dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos e aprovados pela Diretoria da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pela Administração.

A gestão de riscos é realizada pela Administração, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e realizadas pela Companhia.

3.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo,

risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela governança da Companhia. A governança da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

a. Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía risco de mercado em suas operações.

b. Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía risco de exposição cambial líquida.

c. Risco de crédito

A Companhia não possui outros saldos a receber contabilizados neste exercício. Por este fato, este risco é considerado baixo.

d. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria da Companhia.

A Diretoria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

3.3. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;
- Nível 2: utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

3.4. Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

a. Banco conta movimento

Os valores contábeis dos saldos bancários aproximam de seus valores justos, apresentando possibilidade de resgate imediato.

b. Contas a pagar e operações com partes relacionadas

Estima-se que os valores contábeis dos contas a pagar e das operações com partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

4. Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa	-	-	-	1.200
Bancos	10	2.257	22.193	247.066
Total	10	2.257	22.193	248.267
Aplicações Financeiras	1.935	-	10.561.016	28.144.116
Total	1.935	-	10.561.016	28.144.116
Total	1.945	2.257	10.583.209	28.392.382

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

5. Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamentos a fornecedores	6.945	13.706	4.868.930	1.818.525
Total	6.945	13.706	4.868.930	1.818.525

6. Certificado de recebíveis imobiliários - (Patrimônio separado)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Certificado de recebíveis	-	-	-	29.273.169
Total	-	-	-	29.273.169

Em 2022, o saldo acima se refere a patrimônio separado, em custódia da True Securitizadora. Em 2023, o saldo foi transferido para o grupo de passivo, sendo apresentado de forma líquida a dívida de Nota Comercial.

A Emissora realizou sua 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para colocação privada, nos termos dos artigos 45 e seguintes da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021 (“Lei nº 14.195”), a serem adquiridas de forma privada pela Titular (“Notas Comerciais Escriturais” e “Emissão”, respectivamente);

Os recursos líquidos a serem captados por meio das Notas Comerciais Escriturais terão destinação imobiliária, a ser realizada pela Emissora, nos termos previstos neste Termo de Emissão (conforme abaixo definido).

As Notas Comerciais Escriturais emitidas pela Emissora e adquiridas pela Titular conferirão direito de crédito em face da Emissora, passando a Titular a ser credora de todas as obrigações, principais e acessórias, devidas pela Emissora no âmbito das Notas Comerciais Escriturais (sendo os créditos imobiliários decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, “Créditos Imobiliários”).

A titular é uma companhia securitizadora, devidamente registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), e tem por atividade a aquisição e posterior securitização de créditos imobiliários, nos termos da Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022 (“Lei nº 14.430”), por meio da emissão de certificados de recebíveis imobiliários.

O vencimento final das Notas Comerciais Escriturais ocorrerá em 5.864 (cinco mil e oitocentos e sessenta e quatro) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 13 de dezembro de 2038 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, de resgate antecipado total das Notas Comerciais Escriturais, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e conforme previsto neste Termo de Emissão.

Na Data de Emissão, o valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais é de R\$ 1.000,00 (um mil reais) (“Valor Nominal Unitário”)

Correrão direta e/ou indiretamente, por conta da Emissora e das Demais Devedoras, ou pela Titular por conta e ordem da Emissora e das Demais Devedoras, com os recursos depositados na Conta Centralizadora CRI, todos e quaisquer custos incorridos com a estruturação, implantação, registro e execução da emissão das Notas Comerciais Escriturais, dos Demais Créditos Imobiliários e da Oferta dos CRI, incluindo todas as despesas tais como publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, dos auditores independentes da Titular e dos demais prestadores de serviços indicados neste Termo de Emissão e no Termo de Securitização, bem como

qualquer outra despesa que a Titular seja obrigada a arcar e/ou que seja necessária à gestão das Notas Comerciais Escriturais, dos Demais Créditos Imobiliários e dos CRI (em conjunto, "Despesas"), incluindo mas não se limitando as despesas abaixo:

Despesas Iniciais: São as despesas flat da Operação de Securitização, compreendendo despesas da emissão das Notas Comerciais Escriturais da Devedora e das Demais Devedoras, as quais serão pagas com os recursos da integralização dos CRI.

Despesas Recorrentes: São as despesas da Operação de Securitização, compreendendo despesas da emissão das Notas Comerciais Escriturais da Devedora e das Demais Devedoras.

Despesas de Responsabilidade do Patrimônio Separado dos CRI: São as despesas listadas a seguir:

- i. despesas com gestão, cobrança, realização e administração do Patrimônio e outras despesas indispensáveis à administração dos direitos decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, exclusivamente na hipótese de liquidação do Patrimônio Separado, inclusive os referentes à sua transferência, na hipótese de o Agente Fiduciário dos CRIs assumir a sua administração;
- ii. as despesas com terceiros especialistas, advogados, auditores contratados para a prestação das informações contábeis do Patrimônio Separado (exceto o previsto na Cláusula 13.1.2 acima). na forma e periodicidade estabelecidas pelas regras contábeis vigentes e pelas instruções da CVM relacionadas aos CRIs, bem como Agente Fiduciário dos CRIs, Instituição Custodiante, B3, bem como toda e qualquer despesa com procedimentos legais, incluindo sucumbência, incorridas para resguardar os interesses dos Titulares dos CRIs, e a realização dos Créditos Imobiliários e integrantes do Patrimônio Separado, que deverão ser, sempre que possível, prévia e expressamente aprovadas pela Emissora e, em caso de insuficiência de recursos no Patrimônio Separado, pagas pelos Titulares dos CRIs;
- iii. os eventuais tributos, incluindo, sem limitação, quaisquer impostos, taxas e/ou contribuições que, a partir da data de emissão dos CRIs, venham a ser criados e/ou majorados ou que tenham sua base de cálculo ou base de incidência alterada, questionada ou reconhecida, de forma a representar, de forma absoluta ou relativa, um incremento da tributação incidente sobre os Créditos Imobiliários;
- iv. as taxas e tributos, de qualquer natureza, atualmente vigentes, que tenham como base de cálculo receitas ou resultados apurados no âmbito do Patrimônio Separado;
- v. as perdas, danos, obrigações ou despesas, incluindo taxas e honorários advocatícios arbitrados pelo juiz e/ou árbitro, resultantes, direta e/ou

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

indiretamente, da Emissão, exceto se tais perdas, danos, obrigações ou despesas forem resultantes de inadimplemento, dolo ou culpa comprovados por parte da Titular, do Agente Fiduciário dos CRIs ou de seus administradores, empregados, consultores e agentes; e

vi. despesas acima, de responsabilidade da Emissora e das Demais Devedoras, que não pagas por estas.

A Emissora deverá, mediante retenção de recursos da primeira integralização dos CRIs, contribuir para a constituição do Fundo de Despesas no montante equivalente ao Valor Mínimo do Fundo de Despesas Emissora.

Os valores correspondentes ao Fundo de Despesas serão mantidos em depósito na Conta Centralizadora CRI, sendo que (i) a formação do montante referente ao Valor Inicial do Fundo de Despesas será realizada com recursos retidos do valor pago a título de integralização das Notas Comerciais Escriturais, bem como com retidos do valor pago a título de integralização das notas comerciais emitidas pelas Demais Devedoras; e (ii) a todo e qualquer momento, a Emissora será solidariamente responsável, juntamente com as Demais Devedoras, a manter um montante de, no mínimo, R\$70.000,00 (setenta mil reais) ("Valor Mínimo do Fundo de Despesas") como Fundo de Despesas, atualizado monetariamente anualmente pelo mesmo fator da Atualização Monetária.

7. Operações com partes relacionadas

7.1 Contas a receber - partes relacionadas

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
SolarGrid Holding	4.216.907	4.109.949	4.216.907	4.109.949
Autogeração Solar Holding	463.046	364.550	-	-
Autogeração Cachoeira Paulista	-	-	977	-
Solargrid Comercio	-	-	94.845	-
Solargrid Locação de Equipamentos	-	115.715	-	-
Total	<u>4.679.953</u>	<u>4.590.214</u>	<u>4.312.729</u>	<u>4.109.949</u>
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	4.679.953	4.590.214	4.312.729	4.109.949

7.2 Contas a pagar - partes relacionadas

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Solargrid Comercio	301.918	300.000	1.289.248	1.388.426
Solargrid Locação de Equipamentos	1.021.521	318.751	-	-
Autogeração Solar Serrana Ltda	1.087	-	-	-
Autogeração São Francisco de Sa	1.200	-	-	-
Total	<u>1.325.726</u>	<u>618.751</u>	<u>1.289.248</u>	<u>1.388.426</u>
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	1.325.726	618.751	1.289.248	1.388.426

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

As transações que a Companhia efetua com partes relacionadas referentes a movimentação de recursos para subsidiar as operações das investidas e a organização societária e administrativa.

As operações entre parte relacionas se resumem a integralização de capital das SPEs (Sociedades de Propósito Específico) pendentes de repasse financeiro, decorrente da ausência da conta bancária durante o período de organização.

Para efeito de consolidação os saldos em partes relacionadas, foram eliminados, apresentando os saldos somente nas demonstrações da controladora.

Não existem transações com partes relacionadas na pessoa física e pagamentos com base em ações da Companhia.

8. Investimentos

8.1. Composição do saldo

<u>Investimento</u>			
	Saldo em 31/12/2022	Equivalência	Saldo em 31/12/2023
Solargrid Autogeração	9.457.362	2.005.494	11.462.856
Autogeração São Francisco Sa	1.200	-	1.200
Autogeração Solar Minas Gerais	1.200	-	1.200
	9.459.762	2.005.494	11.465.256
<u>Passivo a descoberto</u>			
	Saldo em 31/12/2022	Equivalência	Saldo em 31/12/2023
Autogeração Solar Holding	19.092.116	10.018.141	29.110.257
	19.092.116	10.018.141	29.110.257

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

9. Imobilizado (controladora e consolidado)

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

Controladora

	2023					
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição	transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Projetos em desenvolvimento	0%	75.000	-	-	-	75.000
Total						
Custo		-				-
Depreciação acumulada		-				-
Imobilizado líquido		<u>75.000</u>				<u>75.000</u>

Consolidado

	2023						
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição	Transferencia	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Projetos em desenvolvimento	3%	155.034.410	104.857.985	(159.627.526)	-	-	100.264.869
Adiantamentos de fornecedores SGC	0%	-	3.187.442	3.187.442	-	-	6.374.883
Reembolso de custos de construção	0%	-	-	2.990.101	-	-	2.990.101
Sistema gerador	0%	-	-	22.367.044	-	(667.330)	21.699.714
Subestação Transformadora	0%	1.584.716				(346.027)	
Módulos Fotovoltáicos	0%	4.137.600				(1.181.848)	
Estrutura para Módulos	0%	2.831.151				(505.704)	
Usina Fotovoltaica	0%	9.669.678	69.369.901	122.785.694	(4.263.676)	(5.927.199)	182.255.252
Adiantamento para aquisição de ativos	0%	16.902.001	53.567.076	-	(266.118)	-	70.202.960
Juros Capitalizados	3%	159.254	6.646.149	1.197.208	-	(76.724)	7.925.887
Total		<u>190.318.809</u>	<u>237.628.554</u>	<u>(7.100.037)</u>	<u>(4.529.794)</u>	<u>(8.704.831)</u>	<u>391.713.666</u>
Custo		190.318.809					416.317.532
Depreciação acumulada		-					(8.704.831)
Imobilizado líquido		<u>190.318.809</u>					<u>407.612.701</u>

- (i) O saldo de projetos em desenvolvimento refere-se a custos de obra inerentes ao período de construção da usina. Em 2023, o valor foi reclassificado para a linha de Usina Fotovoltaica devido sua conclusão e início de operação.
- (ii) O valor refere-se a antecipações de custos de obra para construção das usinas.

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

10. Empréstimo e financiamentos

Linha de Crédito	Taxa	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos bancários	16,35 a.a%	2024	13.292.881	11.751.434	19.915.570	19.222.827
Juros			624.911	95.992	637.658	95.992
Hedge			224.991	-	224.991	-
Debêntures			-	-	88.940.575	90.025.391
Juros de debêntures			-	-	30.460.949	17.094.367
Custos de estruturação de debêntures			-	-	-	(3.451.995)
Notas comerciais - CRI			-	-	319.251.498	153.543.684
Juros - Notas comerciais			-	-	11.752.899	2.593.701
Patrimônio Separado			-	-	(6.562.736)	-
Custos de estruturação de dívidas			-	-	(23.454.017)	(21.022.086)
			<u>14.142.783</u>	<u>11.847.426</u>	<u>441.167.387</u>	<u>258.101.881</u>
Passivo circulante			-	-	30.817.513	6.276.447
Passivo não circulante			14.142.783	11.847.426	410.349.874	251.825.435

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

Movimentação da linha de créditos:

Controladora

Saldo inicial 31.12.2022	11.847.426	Saldo inicial 31.12.2021	14.751.388
(+) Juros incorridos	2.070.554	(+) Juros incorridos	(191.064)
(-) Pagamento de juros	(1.541.109)	(-) Pagamento de juros	(221.299)
(-) Pagamento de principal	(24.104.066)	(-) Pagamento de principal	(28.573.998)
(+) Aquisição de empréstimo	25.556.097	(+) Aquisição de empréstimo	25.742.480
(+) Ganho de Hedge	224.991	(+) Ganho de Hedge	563.571
(+/-) Variação cambial	88.890	(+/-) Variação cambial	(223.652)
Saldo Final 31.12.2023	14.142.783	Saldo Final 31.12.2022	11.847.426

Consolidado

Saldo inicial 31.12.2022	258.101.882	Saldo inicial 31.12.2021	22.935.570
(+) Juros incorridos	25.504.320	(+) Juros incorridos	27.782.119
(-) Pagamento de juros	(952.753)	(-) Pagamento de juros	(8.551.091)
(-) Pagamento de principal	(24.104.066)	(-) Pagamento de principal	(80.301.535)
(+) Aquisição de empréstimo	191.298.789	(+) Aquisição de empréstimo	320.370.981
(+) Ganho de Hedge	224.991	(+) Ganho de Hedge	563.571
(+/-) Variação cambial	88.890	(+/-) Variação cambial	(223.652)
(-) Custo de empréstimo	(2.431.931)	(-) Custo de empréstimo	(24.474.081)
(-) Patrimônio separado	(6.562.736)	(-) Patrimônio separado	-
Saldo Final 31.12.2023	441.167.387	Saldo Final 31.12.2022	258.101.882

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

Linha de Crédito	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos Bancários	88.940.575	86.573.397	88.940.575	86.573.397
Juros	30.460.949	17.094.367	30.460.949	17.094.367
Notas comerciais - CRI	-	-	319.251.498	319.253.000
Juros	-	-	11.752.899	2.627.084
(-) Patrimônio separado	-	-	(6.562.736)	-
(-) Custos de estruturação da dívida	(2.606.609)	-	(23.454.017)	(21.022.086)
(-) Principal	-	-	-	(165.742.692)
Passivo circulante	-	-	30.035.670	6.276.448
Passivo não circulante	116.794.915	103.667.764	390.353.498	232.506.622

O vencimento do passivo não circulante compõem-se:

Ano	Controladora	Consolidado
2025	-	12.499.131
2026	-	13.080.738
2027	-	13.288.069
2028	-	13.441.072
2029	-	15.431.267
2030	-	16.595.497
2031	-	17.799.411
2032	-	20.782.508
2033	-	21.746.130
2034	-	23.206.538
2035	-	25.012.603
2036	-	21.844.678
2037	-	22.944.258
2038	-	23.818.961
2039	-	12.067.725

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

Em 01 de Fevereiro de 2023, a empresa firmou contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch, no montante de EUR\$ 2.230.000,00 (R\$ 12.363.216,00) junto a NDF para travar a taxa da operação, tendo ocorrido a liberação total no dia 01 de fevereiro de 2023. O objetivo destas captações foi a rolagem de dívida vencendo na mesma data.

Sobre o principal da dívida incidem juros de 1,48% a.m. com exigibilidade de 6 meses sem período de carência.

O valor do principal será amortizado em prestação bullet na data de 31 de julho de 2023.

Em 31 de Julho de 2023, a empresa firmou contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch - , no montante de EUR 2.542.000,00 (R\$ 13.292.886,60) junto a NDF para travar a taxa da operação, tendo ocorrido a liberação total no dia 31 de julho de 2023. O objetivo desta captação foi a rolagem de dívida vencendo na mesma data.

Sobre o principal da dívida incidem juros de 1,34% a.m. com exigibilidade trimestral, sendo as parcelas pagas em 30 de outubro de 2023, 29 de janeiro de 2024, 26 de abril de 2024, 25 de julho de 2024.

O valor do principal será amortizado em prestação bullet na data de 25 de julho de 2024.

Garantias

11. O empréstimo conta com o aval de intervenientes fiadores (sócios pessoas físicas) como garantia, sendo 88% do valor da operação em CDB e 100% do valor da operação em cotas de fundos de investimentos cedidos em garantia por seus sócios.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 11.401.200,00 e está representado por R\$ 11.401.200 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.

Segue composição acionária da Companhia

	Capital	
	2023	2022
Capital Integralizado	11.401.200	11.401.200
Total	11.401.200	11.401.200

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

b) Resultado

A Companhia registrou Prejuízo líquido no montante de R\$ 10.039.570 (R\$ 23.791.671 em 2022).

13. Despesas administrativas (controladora e consolidado)

A composição das despesas e receitas por natureza é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas com pessoal	-	-	(239)	-
INSS S/13º Salário	-	-	(1)	-
Alimentação	-	-	(2.261)	-
Comissões de terceiros	-	-	(1.155)	-
Material de consumo	-	-	(25.071)	-
Internet	-	-	(2.012)	-
Água/Esgoto	-	-	(238)	-
Manutenção	-	-	(580)	-
Combustível	-	-	(2.771)	-
Impressos	-	-	(202)	-
Publicidade	-	(43.769)	(10.692)	(68.672)
Viagens e estadias	-	-	(5.639)	(6.477)
Confraternizações	-	-	(305)	(6.696)
Outras	-	(2.542)	(234)	(16.291)
Reembolsos	-	-	(10.341)	-
Seguros	-	-	(247.855)	(59.850)
Impostos federais	(1)	-	(56.358)	(132.811)
Contribuição associativa	-	-	-	(12.996)
Multas distrato	-	-	-	(1.504.340)
Taxas municipais	(1.087)	-	(20.823)	-
Taxas estaduais	(536)	(61)	(778)	(61)
Outras taxas	(10.147)	(142.363)	(78.092)	(303.014)
Multas	(10.831)	-	(42.770)	-
Serviços de informática	(87.602)	-	(96.402)	-
Serviços terceiros pes. Física	-	-	(7.977)	-
Serviços terceiros pes. Jurídica	-	-	(65.061)	-
Serviços de apoio administrativos	-	-	(12.000)	-
Associação de classe	-	-	(7.713)	-
Legais e judiciais	-	-	(14.511)	-
Honorários de Contadores	(14.395)	-	(665.995)	(218.434)
Honorários de Consultores	(13.987)	(70.234)	(106.144)	(207.934)
Honorários de Auditores	(17.147)	(11.314)	(260.507)	(64.359)
Honorários de Advogados	(42.349)	(95.010)	(347.238)	(160.810)
Outros Serviços	-	(1.439)	-	(72.353)
	<u>(198.082)</u>	<u>(366.732)</u>	<u>(2.057.434)</u>	<u>(2.835.097)</u>

AUTOGERAÇÃO SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

14. Resultado financeiro (Controladora e Consolidado)

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	17	924	1.203.643	2.899.653
Descontos obtidos	-	-	5.422	-
Variação cambial ativa	64.880	3.269.555	64.880	3.269.555
Variação cambial ativa de HEDGE	151.970	-	151.970	-
	<u>216.867</u>	<u>3.270.479</u>	<u>1.425.915</u>	<u>6.169.208</u>
Despesas financeiras				
Juros e multas	(2.071.702)	(621.609)	(20.686.433)	(25.997.964)
Despesas bancárias	(15.119)	(735.255)	(564.655)	(850.228)
Variação cambial passiva	(153.771)	(4.571.400)	(153.817)	(4.571.476)
Descontos concedidos	-	-	(45.374)	(285)
Multas	-	-	(21.704)	(42.265)
IOF	(79)	(277)	(113.924)	(38.550)
Custos com empréstimos	-	-	-	(1.074.550)
Custo de debêntures	-	-	(18.082.765)	-
Perda de hedge	(340.646)	(909.001)	(340.646)	(908.995)
Variação cambial passiva hedge	(224.991)	-	(224.991)	-
Comissão	-	-	(36.253)	-
Amortização gastos com estruturação da dívida	-	-	(1.362.893)	-
Manutenção do patrimônio separado	-	-	(607.309)	-
	<u>(2.806.307)</u>	<u>(6.837.542)</u>	<u>(42.240.762)</u>	<u>(33.484.313)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(2.589.440)</u>	<u>(3.567.063)</u>	<u>(40.814.847)</u>	<u>(27.315.105)</u>

15. Provisão de IRPJ/CSLL

A empresa obteve o resultado na LALUR de 2023 prejuízo fiscal, sendo assim, não tendo provisão de IRPJ/CSLL no ano corrente.

Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Reconciliação para taxa efetiva:	(10.821.145)	(10.821.145)	(27.608.030)	(27.608.030)
Adições	2.705.286	973.903	4.141.204	2.484.723
Despesas de Equivalência Patrimonial	(5.475.302)	(1.971.109)	-	-
Reversão do efeito da tributação - Lucro Real	99.026	-	-	-
Base de Cálculo	(8.016.833)	(9.847.242)	(27.608.030)	(27.608.030)
Reeítás de Equivalência Patrimonial	3.549.435	1.277.797	-	-
Base de prejuízo fiscal	(779.419)	(280.591)	-	-
Alíquota vigente	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Receitas/Despesas	-	-	-	-
Imposto - corrente	-	-	-	-
Imposto - diferido	-	-	-	-
Impostos Líquidos	-	-	-	-
Alíquota efetiva - %	-	-	-	-

16. Provisões judiciais

A Companhia e sua controlada, não possui em 31 de dezembro de 2023 e 2022, contingências trabalhistas, cíveis e tributária classificadas como de perda provável, possível e remoto, pelos assessores jurídicos externos.

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Diretoria avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Diretoria suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

17. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, contas a pagar em transações com partes relacionadas, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Companhia não contratou durante o exercício operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo

capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

18. Eventos Subsequentes

Não há eventos subsequentes a serem divulgados entre a data de encerramento do exercício social e da divulgação das demonstrações contábeis que tenham ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da empresa até esta data.